

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

1 – RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

A Fundação Lar de Nossa Senhora do Livramento (doravante designada por FLNSL) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, constituída por tempo indeterminado, que se dedica essencialmente e na senda do seu passado, a dar apoio a crianças e raparigas em perigo, socialmente desfavorecidas ou carenciadas, na sua educação, formação e integração social. Dentro das suas possibilidades, a FLNSL procura ainda desenvolver todas as valências sociais que estejam ao seu alcance, sempre em resposta às necessidades que forem reconhecidas mais prementes no tempo e no local. Atualmente, a FLNSL desenvolve na sua sede, na cidade do Porto, as respostas sociais de Casa de Acolhimento Residencial e de Estabelecimento de Educação pré-escolar.

No âmbito da sua atividade, a FLNSL tem a necessidade de recolher, tratar e guardar dados pessoais dos seus utentes, trabalhadores e demais titulares de dados pessoais.

Para a FLNSL a privacidade e a proteção dos dados pessoais são fundamentais, pelo que a FLNSL está determinada a respeitar os princípios fundamentais da proteção de dados pessoais, cumprindo a legislação aplicável ao tratamento destes dados, nomeadamente, a constante do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, adiante RGPD).

O Responsável pelo Tratamento dos Dados Pessoais recolhidos no âmbito da sua atividade é a FUNDAÇÃO LAR DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, com sede na Rua de Santos Pousada 182, 4000-478 Porto.

Para questões relacionadas com a privacidade pode ser contactada a FLNSL para o seguinte contacto telefónico 225372471, ou para o endereço de email secretaria@larlivramento.org.

2 – DADOS PESSOAIS E SEU TRATAMENTO

Entende-se como dados pessoais qualquer informação, de qualquer natureza e em qualquer suporte, relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável.

Todos os dados pessoais recolhidos e tratados pela FLNSL, junto dos seus utentes, trabalhadores e outros, servem, única e exclusivamente, como informação de suporte ao desenvolvimento da sua atividade nas seguintes situações:

- EXECUÇÃO DE CONTRATO E DILIGÊNCIAS PRÉ-CONTRATUAIS – quando o tratamento de dados pessoais seja necessário para a celebração, execução e gestão de contrato celebrado com a FLNSL;
- CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO LEGAL – quando o tratamento de dados pessoais seja necessário para o cumprimento de obrigações legais a que a FLNSL está sujeita;
- INTERESSE LEGÍTIMO – quando o tratamento de dados pessoais seja necessário para satisfação de interesses legítimos da FLNSL e estes interesses prevaleçam sobre os direitos de proteção de dados;

- DEFESA DE INTERESSES VITAIS – quando o tratamento de dados pessoais seja necessário para a defesa de interesses vitais do titular dos dados ou de outra pessoa;
- CONSENTIMENTO – quando tiver o consentimento prévio e expresso e este for dado de forma livre, informada, inequívoca e específica pelo titular dos dados. No caso de menores, este consentimento será dado pelo representante legal ou por quem detiver responsabilidades parentais.

3 - SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

Todos os trabalhadores da FLNSL têm o dever de confidencialidade e de proteção da informação, estando obrigados a guardar absoluto sigilo sobre qualquer informação de natureza pessoal, institucional, técnica, pedagógica ou outra, adquirida na sua relação laboral e por causa desta respeitante à atividade da FLNSL. Têm ainda os mesmos deveres relativamente a outras pessoas, singulares ou coletivas, que se relacionem com a FLNSL, nomeadamente outros trabalhadores, utentes, familiares, fornecedores e parceiros.

É expressamente proibida a comunicação pública, distribuição ou cedência de quaisquer reproduções ou cópias de documentos, ficheiros informáticos ou outro material pertencente e relativo à FLNSL, salvo se previamente e devidamente autorizado.

4 - TRANSMISSÃO DE DADOS PESSOAIS – SUBCONTRATANTES

Os dados pessoais podem ser transmitidos a subcontratantes ou prestadores de serviços que sejam necessários para o desenvolvimento normal da atividade da FLNSL, bem como às autoridades de quem a FLNSL está legalmente dependente, e ainda para cumprimento de obrigações legais a que a FLNSL esteja sujeita. Neste caso a FLNSL toma as medidas contratuais necessárias para que os titulares de dados pessoais tenham as mesmas garantias no seu tratamento.

5 - PRINCIPIOS, GARANTIAS E REGRAS

O tratamento dos dados pessoais será feito de acordo com os seguintes princípios:

- Licitude, lealdade e transparência

Os dados pessoais são objeto de um tratamento lícito, leal e transparente em relação aos titulares dos dados;

- Limitação das finalidades

Os dados pessoais são recolhidos para finalidades determinadas e instrumentais à atividade da FLNSL, explícitas e legítimas, não podendo ser tratados posteriormente de forma incompatível com essas finalidades. O tratamento posterior para fins de arquivo de interesse público, para fins de investigação científica ou histórica, ou para fins estatísticos não é considerado incompatível com as finalidades iniciais, em conformidade com o artigo 89.º, n.º 1 do RGPD;

- Minimização dos dados

Os dados pessoais são adequados, pertinentes e limitados ao que é necessário relativamente às finalidades para as quais são tratados;

- Exatidão

Os dados pessoais são exatos e atualizados sempre que necessário, devendo ser adotadas todas as medidas adequadas para que os dados inexatos sejam apagados ou retificados sem demora, tendo em conta as finalidades para que são tratados;

- Limitação da conservação



Os dados pessoais são conservados de uma forma que permita a identificação dos titulares dos dados apenas durante o período necessário para as finalidades para as quais são tratados. Os dados pessoais podem ser conservados durante períodos mais longos, desde que sejam tratados exclusivamente para fins de arquivo de interesse público, fins de investigação científica ou histórica, ou para fins estatísticos, em conformidade com o artigo 89.º, nº 1 do RGPD e sujeitos à aplicação de medidas técnicas e organizativas adequadas para salvaguardar os direitos e liberdades do titular dos dados;

- Integridade e confidencialidade

Os dados pessoais são tratados de uma forma que garanta a sua segurança, incluindo a proteção contra a sua perda, destruição ou danificação acidental, adotando a FLNSL as medidas técnicas ou organizativas adequadas;

- Legitimidade

Os dados pessoais são tratados com base no consentimento do seu titular, em necessidades contratuais ou de procedimentos pré-contratuais, no cumprimento de obrigações legais, na salvaguarda de interesses vitais do titular ou de terceiro ou sempre que o tratamento seja necessário aos interesses legítimos da FLNSL.

Sempre que seja solicitado o consentimento para tratamento de dados, a FLNSL prestará a informação necessária quanto às finalidades e manter-se-á fiel a essas finalidades.

6 - DIREITOS DO TITULAR DE DADOS PESSOAIS

Ao titular dos dados pessoais assistem, nos termos da lei aplicável, os seguintes direitos:

- DIREITO DE INFORMAÇÃO E ACESSO

Direito a obter a confirmação de quais são os dados tratados e informação sobre os mesmos, nomeadamente as finalidades do tratamento;

As categorias dos dados pessoais tratados;

A origem dos dados se disponível e se não forem recolhidos junto do titular;

As entidades que podem atuar em nome e por conta do responsável pelo tratamento ou a quem os dados possam ser comunicados;

O prazo de conservação dos dados ou os critérios usados para fixação deste prazo;

A sujeição dos dados, ou não, a decisões automatizadas e a definição de perfis e, em caso afirmativo, a lógica subjacente, a importância e consequências do tratamento para o seu titular;

As garantias existentes para um grau de proteção adequado dos dados em caso de transferência para países ou organizações internacionais fora do Espaço Económico Europeu.

- DIREITO DE RETIFICAÇÃO

Direito a obter a retificação dos dados pessoais quando estes estejam inexatos, incompletos ou desatualizados

- DIREITO AO APAGAMENTO / SER ESQUECIDO

Direito a obter o apagamento dos dados pessoais apenas nas seguintes circunstâncias: – Os dados já não serem necessários para o fim com que foram recolhidos e não haver nenhuma norma legal que imponha a sua conservação por mais tempo;

- A retirada do consentimento no qual se baseava a legitimidade do tratamento;

- O tratamento ilícito dos dados pessoais que carece de justificação por parte do titular;

- A oposição ao tratamento dos dados para fins de marketing, incluindo a definição de perfis que lhe possa estar associada;

- A oposição ao tratamento dos dados, nos termos do nº 1 do artigo 21.º do RGPD, e não existam interesses legítimos prevalecentes do responsável que justifiquem o tratamento;

- Os dados terem de ser apagados por força de obrigação legal;



- O consentimento para o tratamento dos dados ter sido prestado pelos representantes legais do titular, ao abrigo do artigo 8.º do RGPD.

Há situações em que este direito pode não se aplicar, designadamente, quando o tratamento de dados seja necessário ao exercício da liberdade de expressão e de informação, ou por motivos de interesse público no domínio da saúde ou para efeitos de um exercício de um direito num processo judicial.

- DIREITO DE LIMITAÇÃO

Direito a obter, durante um certo período de tempo, a limitação do tratamento dos dados pessoais sob a forma de suspensão do tratamento ou limitação do âmbito do tratamento a certas categorias de dados ou finalidades de tratamento. Neste período os dados não podem ser comunicados a terceiros, transferidos internacionalmente ou apagados.

Quando o tratamento estiver limitado, os dados só podem ser utilizados com o consentimento do titular, para efeitos de exercício de direito num processo judicial ou defesa de direitos de pessoa singular ou coletiva ou por motivos ponderosos de interesse público.

O titular dos dados pessoais que tiver obtido a limitação do tratamento dos seus dados nos casos acima referidos será informado pela FLNSL antes de ser anulada a limitação ao tratamento.

- DIREITO DE PORTABILIDADE

Direito a receber os dados fornecidos pelo titular dos dados num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, bem como a solicitar a transmissão direta dos dados para outro responsável pelo tratamento dos dados desde que tecnicamente possível.

- DIREITO DE OPOSIÇÃO

Direito a opor-se, em qualquer momento, ao tratamento dos dados pessoais que lhe digam respeito, por motivos relacionados com a sua situação particular nas seguintes situações:

- Quando esteja em causa um tratamento necessário ao exercício de funções de interesse público ou ao exercício da autoridade pública de que está investido o responsável pelo tratamento;

O tratamento for necessário para efeito da prossecução dos interesses legítimos do responsável pelo tratamento ou por terceiros exceto se prevalecerem os interesses ou direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais, em especial se o titular for uma criança;

- A reutilização dos dados para uma finalidade diferente daquela que motivou a sua recolha inicial.

O direito de oposição inclui a definição de perfis com base nas situações acima indicadas. Nestes casos, o responsável pelo tratamento cessa o tratamento dos dados pessoais a menos que apresente razões imperiosas e legítimas que prevaleçam sobre os interesses, direitos e liberdades do titular dos dados, ou para efeitos de exercício de um direito num processo judicial.

- DIREITO DE RETIRADA DO CONSENTIMENTO

Direito a retirar o consentimento ao tratamento de dados a qualquer momento.

A retirada do consentimento não compromete a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado.

- DIREITO DE RECLAMAÇÃO

Direito a reclamar junto da autoridade de controlo – Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) ou do responsável pelo tratamento de dados, pelos seguintes canais:

1 - CNPD

Morada: Avenida D. Carlos I, 134 – 1º; 1200-651 Lisboa

Endereço de correio eletrónico: geral@cnpd.pt

Sítio na internet: www.cnpd.pt

2 - FUNDAÇÃO LAR DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO



Morada: Rua de Santos Pousada 182, 4000-478 Porto

Endereço de correio eletrónico: secretaria@larlivramento.org

O exercício dos direitos é gratuito, exceto se se tratar de um pedido manifestamente infundado ou excessivo pelo seu caráter repetitivo.

- A SITUAÇÃO PARTICULAR DAS CRIANÇAS

O exercício de direitos em relação a dados pessoais de crianças é concretizado pelos representantes legais, sem prejuízo da possibilidade de os próprios poderem exercer diretamente, atendendo à sua idade e maturidade, bem como às situações em que o tratamento de dados já se legitima no consentimento da criança (artigos 8º do RGPD e 16º da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto).

7 – SEGURANÇA

Para garantir a segurança dos dados pessoais tratados, a FLNSL adota diversas medidas de segurança, técnicas e organizacionais, de forma a proteger esses dados contra a destruição, perda, alteração, divulgação ou acesso não autorizado, bem como qualquer outra forma de tratamento não autorizado ou ilícito.

A FLNSL divulga pelos seus trabalhadores as responsabilidades a que estão sujeitos nesta matéria, com regras de sigilo e confidencialidade, e não vende, distribui ou de qualquer outra forma disponibiliza comercialmente os dados que trata a qualquer terceiro, mantendo assim toda a informação confidencial de acordo com a legislação aplicável.

8 - PRAZO DE CONSERVAÇÃO

A FLNSL apenas trata e conserva os dados pessoais durante o período que se revele necessário ou obrigatório para o cumprimento das finalidades do tratamento, findo o qual serão eliminados desde que não se verifiquem interesses legítimos que prevaleçam.

9 - REVISÃO À POLÍTICA DE PRIVACIDADE

A FLNSL reserva-se o direito de, a todo o momento e sem aviso prévio, proceder a alterações ou revisões à presente Política de Privacidade que serão devidamente divulgadas e comunicadas em www.larlivramento.org.

CONTACTOS

Para o esclarecimento de qualquer questão relacionada com a presente Política de Privacidade ou com o exercício dos seus direitos, poderá contactar a FLNSL pelos seguintes meios:

- Telefone – 225372471;
- Correio eletrónico – secretaria@larlivramento.org;
- Morada – Rua de Santos Pousada nº 182, 4000-478 Porto.

